Origem:

1ª PJ Cível de Ananindeua

Assunto:

Apurar reclamação feita por moradores do loteamento Guajará II-Maguari contra ato da Associação Comunitária.

2.5.3. Processo 001142-116/2013

Requerente:

Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado do Pará -SINDSAÚDE

Requeridos

Secretaria de Saúde do Município de Belém - SESMA

Origem:

5a PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa Assunto:

Apurar denúncia de desvio de Tickets-Alimentação da Secretaria Municipal de Saúde

2.5.4. Processo 000241-012/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará; Conselho do FUNDEB

Requeridos:

Prefeitura Municipal de Tucuruí

Origem:

2ª PJ de Tucuruí

Assunto:

Apurar denúncia acerca das precárias condições de funcionamento da Escola Municipal "Santo Antonio", localizada às proximidades do lago da usina hidrelétrica de Tucuruí.

2.5.5. Processo 000244-012/2015

Requerente:

Ismael Pinheiro Costa

Requeridos:

Dionísio Pinheiro Costa

Origem:

PJ de Limoeiro do Aiuru

Assunto:

Apurar regularidade na concessão de uso de terreno de marinha.

2.5.6. Processo 000061-110/2014 Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requeridos: Força Sindical do Estado do Pará

Origem:

PJ de Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial

Assunto:

Apuração finalística das contas no ano calendário 2011.

2.5.7. Processo 000584-450/2015

Requerente:

Requeridos:

E.J.; M.H. Origem:

1ª PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto:

Apurar denúncias efetuadas ao Disque 100 sob os nos 359483,

358600 354422 referentes a negligência contra crianças

2.5.8. Processo 000004-112/2016

Requerente: W. S. G.; R. P. G..

Requeridos:

Origem:

3ª PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos e de Acidentes de Trabalho

Assunto:

Apurar denúncia de falta de leito para pessoa idosa com câncer de pulmão.

Processo 000332-125/2016

Requerente:

M. I. S.; M. S. P. Requeridos:

Secretaria de Saúde do Município de Belém - SESMA

Origem:

3ª PJ das Pessoas com Deficiência, Idosos e de Acidentes de Trabalho da Capital

Assunto:

Apurar denúncia de negligência com pessoa idosa internada Hospital do Pronto Socorro Municipal de Belém

2.5.10. Processo 000809-112/2014

Requerente:

Requeridos:

Secretaria Executiva de Saúde Pública - SESPA

Origem:

2ª PJ das Pessoas com Deficiência, Idosos e de Acidentes de Trabalho da Capital

Apurar não fornecimento de medicamento para tratamento de

câncer a pessoa idosa

2.5.11. Processo 000095-012/2016

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requeridos:

Caiba Industria e Comercio S/A

Origem:

8ª PJ de Santarém

Assunto:

Apurar denúncia de funcionamento irregular da Olaria Caiba, que estaria causando poluição atmosférica decorrente da emissão de fumaça

2.5.12. Processo 000311-440/2015

Requerente:

Rafaela de Barros Cordovil Raimunda Margarete de Barros Cordovil Buchi Daniel Buchi

Requeridos:

Município de Ananindeua

Origem: 2ª PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Ananindeua

Assunto:

Apurar denúncia de irregularidades e transtornos causados por obra na Rua da Providência, Bairro Icuí-Guajará, em Ananindeua

Processo 000104-125/2014

Requerente:

Sindicato dos Trabalhadores em Educação Publica do Pará -SINTEPP

Requeridos:

Secretaria Municipal de Educação - SEMEC

Origem:
1ª PJ Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos Assunto:

Apurar denúncia de que trabalhadores da comunidade escolar da UP Carmelândia estariam sendo constrangidos com ameaça arbitrária de "despeio".

2.5.14. Processo 000085-111/2015 Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará; A Coletividade

Requeridos:

O Estado

Origem: 2ª PJ do Consumidor

Assunto:

Apurar denúncia de precariedade no serviço de transporte público no Distrito de Outeiro.

2.5.15.

Processo 000225-151/2014

Requerente:

Denúncia Anônima Requeridos:

L. R. S. V.

Origem: 6ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Apurar denúncia de nepotismo e privilégio dispensados a professores do Instituto de Educação Estadual do Pará - IEEP

3. Comunicação de Vagas. 4. O que ocorrer

Belém, 26 de agosto de 2016 ROSA MARÍA RODRIGUES CARVALHO Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior

Protocolo 1001523

PORTARIA Nº 5.259/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Parágrafo Único, do artigo 7º da Lei nº 8.330/2015, de 30/12/2015

RESOLVE:

FIXAR, a partir de 1°/9/2016, o valor do Auxílio-Saúde, de acordo com a faixa etária dos beneficiários, conforme tabela

	R\$ 1,00
FAIXAS ETÁRIAS	TABELA
0 a18 anos	117,00
19 a 23 anos	147,00
24 a 28 anos	168,00
29 a 33 anos	185,00
34 a 38 anos	204,00
39 a 43 anos	234,00

44 a 48 anos	281,00
49 a 53 anos	337,00
54 a 58 anos	438,00
59 anos ou mais	658,00

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 22 de agosto de 2016

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procuradora-Geral de Justiça

Protocolo 1001581

PORTARIA N.º 5161/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições

legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO as férias da Promotoria de Justiça Adriana de Lourdes Mota Simões Colares:

CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 061/2016-MP/CPJ/DCC/ DCF/DH, de 9/9/2016, protocolizado sob n.º 39780/2016, de 9/8/2016; R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO para exercer nas Promotorias de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes do Trabalho de Belém, as atribuições do 2º cargo, no período de 18

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 18 de agosto de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador Geral de Justiça
PORTARIA N.º 5263/2016-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24

de Julho de 2013; CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO as férias da Promotora de Justiça Maria das

Graças Corrêa Cunha; CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 1º cargo da Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos de Belém;

CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo:

CONSIDERANDO os termos dos expedientes protocolizados sob nº 39642 e 39779/2016;

RESOLVE:

DESIGNAR a Promotora de Justiça IONÁ SILVA DE SOUSA NUNES para exercer na Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos de Belém, as atribuições do 1º cargo, no período de 22 a 26/8/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A
ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 22 de agosto de 2016.

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES Subprocuradora-Geral de Justiça, Área jurídico-institucional

PORTARIA N.º 5346/2016-MP/PGJ A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a vacância do 1º cargo das Promotorias de Justiça de Mosqueiro; CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente,

sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo

RESOLVE:

DESIGNAR a Promotora de Justiça OCIRALVA DE SOUZA FARIAS